

Política motiva o apoio ao garimpo

ANTÔNIO CARLOS SILVA
Enviado Especial

Boa Vista — Ao anunciar na última quarta-feira, em Boa Vista (RR), que o governo não utilizará a Polícia Militar para retirar os cerca de 50 mil garimpeiros da Floresta Nacional — uma reserva indígena com 4 milhões e 400 mil hectares —, caso a Justiça Federal acate o mandado de segurança impetrado pelo presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, requerendo a retrada dos mesmos, o governador nomeado de Roraima, Romero Jucá Filho, mostrou simplesmente de que lado estava nesse embate. Ele jogava ao mesmo tempo uma cartada decisiva, buscando apoios para a campanha ao governo do Estado no próximo ano. Mais do que apoio dos garimpeiros (entenda-se patrocínio financeiro), Jucá queimou um cartucho valioso que poderá decidir seu futuro político.

Após a reunião de quarta-feira, no auditório da Emater, em Boa Vista, com a presença de 80 pessoas, entre lideranças do comércio, políticos e dos garimpeiros, José Altino Machado, o "Rei do Garimpo", disse: "De que lado o governador demonstrou estar?", perguntou, respondendo em seguida: "Nenhum governador conseguirá governar Roraima estando contra os garimpeiros".

Roraima culpa Ibama pela ameaça

Boa Vista — Tanto o governador Romero Jucá como os garimpeiros não creem que o garimpo seja fechado. Aham que a polémica se instaurou devido "ao jogo mal intencionado" do presidente do Ibama, Fernando César Mesquita. "O Fernando me telefonou antes de pedir na Justiça a retrada dos garimpeiros, para dizer que só tomou a medida porque organismos internacionais defensores do meio ambiente e dos índios estavam pressionando-o a fazê-lo, caso contrário não conseguiria empréstimos no exterior", garante o "Rei do Garimpo".

Jucá acredita que este embate judicial sobre os garimpeiros será "empurrado pela barriga" até o término do governo Sarney e o "abacaxi" ficará nas mãos do próximo presidente da República. "Fechar garimpo é conto de fada", diz o governador, admitindo que o governo de Roraima não concordará com qualquer iniciativa voltada para a retrada, à força, dos garimpeiros.

As críticas do governador e dos garimpeiros ao senador Severo Gomes (PMDB-SP), ao deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) e à Igreja Católica tiveram repercus-

Outro sinal de que Jucá "garimpou", neologismo que quer dizer, aderiu aos garimpeiros, foi o maeço apoio recebido de todos os setores ligados ou interessados à exploração do ouro e cassiterita nas áreas indígenas. Durante o encontro do dia 28 último, Peita Brasil, diretora da Nebulosa Cooperativa dos Garimpeiros, esbravejou: "Governador, qualquer caminho que o senhor percorrer em prol dos garimpeiros estamos atrás".

Naquela altura do campeonato, Jucá esquecia-se de que até bem pouco tempo, antes de ser nomeado pelo presidente Sarney para ocupar o cargo de governador, fora presidente da Funai e conhecia de perto a realidade nua e crua dos índios Yanomami que habitam na Floresta Nacional. Dos 9.100 índios existentes no Brasil, 6.500 moram naquela área que, desde 1987 se encontra em processo de devastação. Há também 86 pistas de pouso irregulares na área. "Política se ganha com bastante dinheiro e Jucá simplesmente optou pela politicagem, apoiando os garimpeiros", diz a Diocese de Boa Vista.

Os 6.500 Yanomami que vivem na Floresta estão, segundo a Diocese, em precárias condições de vida, explorados pelos garimpeiros e abandonados pela Funai, tanto que o posto da entidade, em Paa-plu está desativado desde o começo do ano.

sões positivas na comunidade garimpeira. Os parlamentares, recentemente, fizeram uma viagem a Roraima e sobrevoaram as áreas indígenas e tocaram severas críticas aos garimpeiros e ao governo do Estado. "Esses dois políticos (alusão aos parlamentares) e mais os padres estrangeiros do País, têm que ser execrados pela opinião pública", diz Altino Machado.

Os garimpeiros, algumas tribos Yanomami civilizadas que atuam e vivem a cem metros da pista de pouso de Paa-plu (esta pista serve como apoio para os 13 pontos de garimpos de ouro na Floresta Nacional, e o governador Romero Jucá, sentem "arrepios" ao ouvir pronunciar o nome de Cláudia Adujar, fotógrafa integrante da Comissão para Criação do Parque Yanomami. Dizem eles que "é uma estrangeira que veio tirar fotografias dos índios e decidiu permanecer morando com os Yanomami. Depois, esta senhora veio à imprensa denunciar que os garimpeiros estavam matando os índios", diz um garimpeiro que estava no apartamento 156 do Hotel Boa Vista Tropical, em Boa Vista, na última quarta-feira, e pediu para não ser identificado.

Governador investe em projeto

Boa Vista — Enquanto perde noites de sono com a questão índio/garimpo, Romero Jucá investe no audacioso projeto denominado Meridiano 62º, elaborado pela Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Agricultura, Companhia de Desenvolvimento de Roraima, Cooperativa Mista dos Garimpeiros e Falscadores, União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usacal), Associação Comercial de Roraima e representantes de empresas mineradoras.

O projeto prevê a administração, o controle e regularização da exploração do garimpo na área. Jucá afirma que o Governo Federal tem que cumprir a Constituição, transferindo todos os títulos de áreas minerais para o Estado de Roraima. Com isso, o projeto entraria em operação da seguinte maneira: regularizar a atuação dos garimpeiros na Floresta Nacional, criando-se cooperativas ou pequenas empresas exploradoras, estimular a atuação das pequenas e médias empresas mineradoras, disciplinar e controlar a atividade de mineração, efetuar pagamento de 10 por cento aos índios a título de "royalties", sobre o total de minério retrado de suas reservas.

O plano vai mais longe e tenta imitar o arquiteto Oscar Niemeyer, criador e realizador de Brasília. Prevê a construção de uma cidade bem no meio da mata, às margens do Rio Pariminha, entre a reserva indígena do Surucucu e a fronteira com a Venezuela. A cidade teria infraestrutura suficiente para manutenção do garimpo na área, além de pista de pouso, correios, ambulatórios médicos, pronto-socorro, telefone, lojas, armazéns e supermercados.

EMPRESAS

E entre empresas nacionais e es-

trangeiras, que cuidam especificamente da exploração de minério no País, 22 já requereram áreas na região do garimpo que variam de um milhão e 100 mil hectares a 10 mil hectares.

"A nossa intenção é eliminar a presença dessas mineradoras em nossos negócios. O projeto diz isto. O garimpo ficará nas mãos dos garimpeiros e não nas mãos de empresas. Por isso, o Governo Federal ainda não aprovou o projeto", lamenta José Altino Machado.

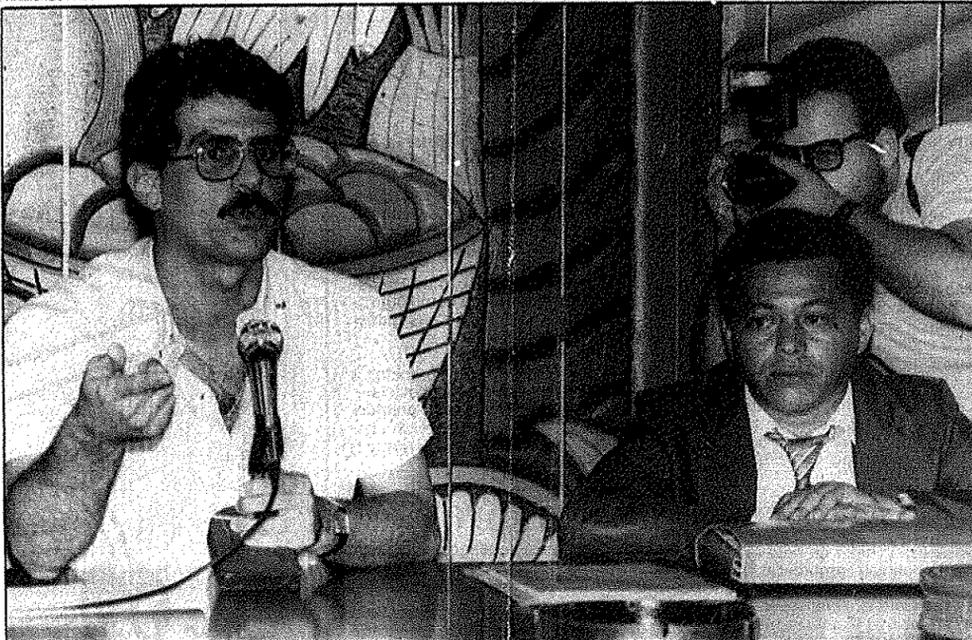
Outro fator constatado em relatos de jornalistas em Boa Vista é que os rios Urariquera, Couto Magalhães e Mucajai, dentro de 10 anos, estarão comprometidos devido a grande quantidade de mercúrio despejado para extração do ouro no fundo do leito. Esses três rios são afluentes do Rio Branco, que abastece a cidade de Boa Vista.

MUITO DISTANTE

Boa Vista fica cerca de 5 mil 700 quilômetros distante de Brasília, no norte do País e devido ao fuso horário, Roraima tem uma hora de diferença, como se fosse horário de verão (12 horas em Brasília, 11 horas em Roraima). Sua população, conforme o censo de 1980, é de 65 mil habitantes e todo Estado tinha 130 mil. Estes números hoje, pode se dizer, são 180 mil em Boa Vista (capital) e 300 mil no Estado.

Em maio desse ano, o Governo Federal criou por decreto florestas nacionais e antes, em fevereiro, criou áreas indígenas. Na Floresta Nacional existem cerca de 50 mil garimpeiros de um total de 85 mil em toda região garimpeira de Roraima. Roraima tem 243 mil quilômetros de área.

RAIMUNDO PACCO



O governador Romero Jucá e o líder garimpeiro José Teixeira: garimpos vão continuar abertos em Roraima

Justiça entra em recesso e só os juizes federais estão de plantão

LUCIA ARAUJO

O Judiciário entrou em recesso sexta-feira e só volta a funcionar no dia 1º de agosto. É o primeiro recesso do ano. Em meados de dezembro e até fevereiro de 89, magistrados e funcionários têm direito a novas férias coletivas, quando toda a Justiça pára e os processos ficam engavetados.

Apenas os juizes de primeira instância não são beneficiados pela Lei 5.010, de 1986, que fixou as férias e os feriados da Justiça. Os juizes federais continuam a julgar processos, mas os recursos das decisões só podem ser interpostos nos tribunais superiores quando os ministros e funcionários voltam das férias.

Para alguns advogados, como Alcides Freitas, o recesso deste ano ainda é mais peculiar, porque vai atrasar ainda mais a tramitação dos processos de uma Justiça que sequer andou, desde a promulgação da

Constituição, em outubro do ano passado. Para exemplificar, Alcides conta que tem um habeas corpus tramitando na Justiça desde agosto de 88 e até agora não foi julgado.

O habeas corpus é um recurso utilizado quando se quer urgência na solução, porque tem preferência no julgamento sobre qualquer outro tipo de processo. O que foi impetrado ainda mais, porque refere-se a um réu que está preso no Pará.

Apesar disso, há dez meses o processo tramita sem solução. O recurso ingressou na Supremo Tribunal Federal no dia 24 de agosto de 88. Mas com a mudança de atribuição do STF, que passou a ser constitucional, a decisão agora é do Superior Tribunal de Justiça. Apesar dos ministros do Supremo saberem da mudança de atribuição desde a promulgação da Carta, o processo foi remetido apenas em maio deste ano para o STJ porque ficou 3 meses na Procuradoria Geral para receber parecer.

No novo tribunal, o processo será distribuído para um ministro relator apenas no próximo semestre e vai para a Subprocuradoria Geral da República, para novo parecer. Enquanto isso o réu está preso.

A situação do STJ este semestre foi de completo "marasmo", conta Alcides, que há mais de 20 anos milita nos tribunais superiores. Como o STJ foi criado agora, apenas 223 processos foram julgados este ano. Os processos procedentes dos tribunais regionais federais só devem começar a chegar em outubro.

Para Alcides, os ministros dos tribunais superiores deveriam ter tido o "bom-senso" de reconhecer que a Justiça Federal parou desde outubro e ignorar o recesso do meio do ano.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira Aivarenga, também defende o fim do recesso. "Acho que a Justiça devia funcionar como hospital, que não fecha nunca".